

01 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Conselho de Ética analisa denúncia contra Justus

Acusado de peculato e
formação de quadrilha, entre
outros delitos, deputado terá
um prazo de cinco sessões
para apresentar sua defesa

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná começa a analisar na próxima segunda-feira, em horário a ser definido, a denúncia criminal contra o deputado estadual Nelson Justus (DEM), acusado de formação de quadrilha, peculato (desvio de dinheiro público), falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. Conforme dados do Ministério Público (MP), os crimes ocorreram no período em que Justus ocupou a presidência da Casa, entre 2007 e 2010, e envolvem outras 31 pessoas ligadas a ele.

A íntegra do processo 672936-6, referente ao caso conhecido como "Diários Secretos", foi encaminhada pelo MP anteontem à AL. Já na sessão de ontem, o atual chefe do Legislativo, Ademar Traiano (PSDB), fez a entrega

oficial dos documentos ao presidente da comissão, Pastor Edson Praczyk (PRB). "A Mesa Executiva toma essa decisão como forma de dar uma satisfação à sociedade, uma vez que a cobrança vinha sendo feita, mas eu não tinha outra forma de me posicionar sem ter recebido o processo", afirmou o tucano.

Segundo Traiano, por enquanto Justus segue exercendo suas funções de parlamentar normalmente. O político do DEM também continua à frente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), considerada a mais importante da AL. "Não há nada nesse momento que possa afastá-lo. Eu não posso tomar essa decisão sob pena de fazer um prejulgamento", argumentou. Ele também contou que o CD entregue pelo MP não contém notificações relacionadas a Alexandre Curi (PMDB), que ocupava o posto de primeiro

secretário da Casa quando da eclosão do escândalo. "Não há nada (contra ele)", disse.

De acordo com Praczyk, não existe um prazo definido para que o comitê avalie o caso. A partir do encontro de segunda-feira, que deverá contar com as presenças dos cinco membros titulares, Justus terá cinco sessões para apresentar sua defesa, por escrito. Além do pastor, compõem o grupo de parlamentares Tião Medeiros (PTB), Anibelli Neto (PMDB), Hussein Bakri (PSC) e Missionário Ricardo Arruda (PSC), que também é corregedor da AL. Esses serão os nomes responsáveis por analisar o processo e optar por arquivar o caso ou levar ao plenário a proposta de uma eventual punição, o que incluiria até mesmo cassação de mandato, por quebra de decoro.

CONTINUA

Ação corre em segredo de Justiça

CONTINUAÇÃO

“Enquanto presidente, eu voto apenas em caso de empate. Fundamentalmente, o meu papel é garantir o direito democrático de ampla defesa. Longe de mim permitir que um inocente seja punido e muito menos que uma pessoa que deve (à sociedade) seja inocentada”, ponderou Praczyk. Ao ser questionado sobre o porquê de não ter averiguado as denúncias antes mesmo da notificação do MP, como possibilita o regimento interno da AL, ele justificou que considera a situação semelhante à dos magistrados. “Por mais que tenha conhecimento por toda a mídia brasileira, um juiz não toma para si uma iniciativa sem que o Ministério Público dê o primeiro passo”, argumentou.

Presente à sessão de ontem, Justus comentou o ocorrido. “Eu acho ótimo (que a AL investigue). Aliás, eu provoquei isso, para que chegasse o mais rápido possível. Agora, não só a comissão de ética, como também o Judiciário, têm que se pronunciar o mais rápido possível.” Ele também voltou a negar envolvimento no escândalo. “Claro que sim (nego). Mas quem vai dar a resposta é a Justiça, não sou eu”, completou.

A denúncia, que conta com mais de 300 páginas, foi oferecida ao Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ) em 12 de fevereiro de 2015. Tramita em segunda instância porque o acusado é deputado, condição que lhe garante foro privilegiado. Nem o MP nem o TJ disponibilizam a íntegra da ação para consulta, alegando “segredo de Justiça”. Quem digita o número correspondente no site do Tribunal consegue ler somente a mensagem “processo com acesso limitado”. A RPC TV, contudo, teve acesso exclusivo ao teor do documento. Conforme o telejornal ParanáTV, entre os pontos citados está o de que a despesa mensal com os servidores do gabinete de Justus saltou de R\$ 83 mil, em fevereiro de 2007, para R\$ 1 milhão, em novembro de 2009.

As nomeações no gabinete da Presidência da AL, cuja função é administrativa, também teriam crescido de forma assustadora durante a gestão do político. No início, ele contava com 21 servidores. De fevereiro de 2009 a abril de 2010, fez 345 contratações, nem todas simultâneas. O gabinete chegou a ter, ao mesmo tempo, 180 funcionários, sendo que o limite máximo era de 18. Ainda conforme o telejornal, nos dias de pagamento de salários, dezenas de saques e descontos de cheques de fantasmas eram feitos por uma só pessoa, na boca de um caixa da AL, para beneficiar a quadrilha.

Além da investigação criminal, o MP propôs, em 2015, oito novas ações civis públicas por ato de improbidade administrativa relativas ao caso. Em 13 de março, encaminhou à 5ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba um processo envolvendo os mesmos acusados. Na mesma data, outro, versando sobre irregularidades em licitação para a contratação de editora pela AL. Neste último, são réus Alexandre Curi, o ex-diretor geral da AL Abib Miguel, conhecido como Bibinho, a editora Cabeza de Vaca e o jornalista Fábio Campana.

Foram ajuizadas, ainda, mais cinco ações questionando a existência de “servidores fantasmas” na folha de pagamento da Casa, todas tramitando na 2ª Vara da Fazenda Pública da Capital. Figuram como réus, dentre outros, Justus, Curi e Bibinho. Por utilização de funcionários da Presidência da AL para fins eleitorais, tramita ainda, perante a 5ª Vara, a oitava ação civil pública, em face de Justus e Curi.

Em nota, o MP informou que o ajuizamento dessas ações soma-se a várias outras já propostas ao longo dos últimos anos. “Em decorrência dessa atuação, ressalta-se que o ex-diretor-geral da Assembleia encontra-se preso até a presente data”, diz trecho. “O Ministério Público reitera seu compromisso de cumprir, com firmeza e responsabilidade, sua missão constitucional, a despeito das dificuldades inerentes a investigações desse porte”, completou o órgão. (M.F.R.)

01 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Contador delata esquema de 'empresas fantasmas'

*Seriam pelo menos dois
estabelecimentos que não funcionavam
de fato, mas emitiam notas fiscais
usadas pelos auditores*

O contador Hederson Flávio Bueno, um dos 28 indiciados pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) na Operação Publicanos, prestou depoimento ontem, por mais de quatro horas, e relatou como abriu empresas para serem usadas pela "superorganização criminosa que atuava na Receita Estadual de Londrina", segundo palavras do promotor Renato de Lima Castro, que apura possível improbidade administrativa de fiscais e empresários.

Seriam pelo menos duas empresas, que, de fato, não funcionavam, mas emitiam notas fiscais usadas no esquema dos auditores. Essas empresas "podem ter sido utilizadas por algumas pessoas, sobretudo auditores, para emissão de notas fiscais que serviram para a obtenção de algum benefício fiscal", afirmou o promotor do Gaeco, Cláudio Esteves. "Foram valores bastante

*Notas frias serviam
para justificar dívidas
menores de ICMS*

expressivos, talvez milionários, os valores em notas emitidas por essas empresas", completou.

As notas fiscais frias serviam para justificar dívidas menores de ICMS ou mesmo créditos tributários. A propina era uma porcentagem sobre o valor que o empresário obteria pagando impostos a menos ou sobre o crédito de ICMS.

Uma das empresas fantasmas aberta por Bueno, que é irmão do auditor Marco Antonio Bueno e ex-cunhado de Luiz Antonio de Souza (ambos presos em decorrência da operação), é a Tarfil, que trabalharia no ramo de alumínio.

O advogado do contador, Italby Moraes, negou que seja uma empresa de fachada, mas também não revelou o endereço da Tarfil e tampouco quem seriam seus proprietários. "Ainda são infor-

mações sigilosas. O papel do meu cliente foi apenas abrir a empresa."

Bueno teve a prisão decretada na sexta-feira passada, mas era considerado foragido. Ontem, após um acordo com o Gaeco, que pediu a suspensão do mandato de prisão, o contador apresentou-se e resolveu colaborar. O Gaeco deve pedir a revogação da medida.

Diante de fatos novos que surgiram desde sexta-feira passada, quando o inquérito foi concluído, o promotor Cláudio Esteves não descarta a abertura de um novo procedimento. "Esses fatos novos poderão ser incluídos na denúncia ou em um novo inquérito." O prazo para o Ministério Público propor a ação penal é de cinco dias, a partir da volta do inquérito do Judiciário.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

R\$ 200 MIL

Um dos indiciados no inquérito, cuja participação ainda não estava clara, é o empresário Adnalde Lujete, que teria procurado o Gaeco há alguns meses para denunciar suposto esquema que envolveria a empresa Silo da Moda, de Bandeirantes (Norte), cujos donos – o casal Carlos Henrique e Andreia Dias – chegaram a ser detidos, mas passaram a colaborar com a investigação, assim com seu contador, Emerson Rodrigues.

01 ABR 2015

Após a deflagração da operação, Lujete, que é ex-sócio dos Dias, retornou ao Gaeco e contou que o casal pagou, em 2011, R\$ 200 mil de propina aos auditores fiscais Rosângela Semprebom e Márcio de Albuquerque Lima, que era o chefe da Receita em Londrina. O pagamento foi feito em quatro vezes de R\$ 50 mil.

Com isso, a Silo da Moda não seria multada. Em vez disso, uma empresa fantasma do grupo teria sido multada. O próprio Lujete admite ter pago propina para a auditora Rosângela.

Relação de indiciados pelo Gaeco, supostamente integrantes de organização criminosa instalada na Receita Estadual de Londrina

Adnalde Lujete	empresário	corrupção ativa
Andre Luis Santelli	policial civil	corrupção ativa e passiva
Andrea Boim Dalos Dias	empresária	corrupção tributária
Antonio Belini Filho		corrupção tributária
Bruno Enko Andreatta		corrupção tributária
Carlos Henrique Dias	empresário	corrupção ativa e sonegação fiscal
Dalton Lazaro Soares	funcionário da delegação da Receita	corrupção ativa e tributária
Ednardo Paduan	gerente	corrupção ativa e falsidade ideológica
Emerson Rogerio Rodrigues	contador	corrupção ativa e sonegação fiscal
Hederson Flavio Bueno	contador	corrupção e falsidade ideológica
José Luiz Favoreto Pereira	auditor fiscal e ex-delegado da Receita	corrupção ativa e tributária e falsidade ideológica
Josemar Baptista	funcionário de Carlos Rodrigues	corrupção ativa, falsidade ideológica e sonegação fiscal
Juliana Biz Camargo	funcionário de Carlos Rodrigues	corrupção ativa, falsidade ideológica e sonegação fiscal
Leandro Junior Capelanes Rodrigues		falsidade ideológica
Luiz Antonio de Souza	auditor fiscal	corrupção ativa e passiva e falsidade ideológica
Marco Antonio Bueno	auditor fiscal	corrupção ativa e tributária
Miguel Arcanjo Dias	auditor fiscal	corrupção passiva e tributária
Márcio de Albuquerque Lima	ex-inspetor geral da Receita Estadual no Paraná	corrupção ativa e tributária
Paulo Henrique Santelli	irmão do policial André Santelli	corrupção ativa
Paulo Roberto Dias Midaur	empresário	corrupção ativa, falsidade ideológica e sonegação fiscal
Rafael Renard Gineste		corrupção e sonegação fiscal
Ranulfo Dagmar Mendes	auditor fiscal	corrupção passiva
Ricardo de Freitas	auditor fiscal	corrupção passiva e tributária
Roberto Della Torre		corrupção tributária
Rosângela de Souza Semprebom	auditor fiscal	corrupção ativa, passiva e tributária
Rosineide de Souza Novais de Carvalho	funcionária anexada da CVT e irmã de Rosângela e Márcio de Albuquerque Lima	falsidade ideológica e tentativa de destruição de documentos
Stefan Ruthschilling	sócio do Midaur	falsidade ideológica e falso testemunho
Tatiane Vieira		falsidade ideológica

01 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Maioridade penal

A proposta de redução da maioridade penal de 18 para 16 anos promete debates acalorados. O assunto veio novamente à tona ontem após a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovar a constitucionalidade da proposta. Agora, o texto segue para uma comissão especial que será criada pelo presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e que terá, em média, 40 sessões (cerca de três meses) para discutir o conteúdo desta e de outras iniciativas que tratam do tema em tramitação na Casa.

Depois dessas discussões, o texto original pode ser alterado ou mantido e uma das possibilidades é que a imputação penal a partir dos 16 anos valerá para determinados crimes graves, como os hediondos. No entanto, deputados favoráveis à proposta afirmam que a tendência é manter a diminuição da pena para todos os crimes.

É claro que entre as vítimas de crimes praticados por menores de idade a proposta que reduz a maioridade tem apoiadores. No entanto, há que se lembrar que a sociedade está cansada da escalada da violência como um todo. Além disso, permanece a sensação de impunidade perante a opinião pública a pena de no máximo três anos e até os 21 anos de idade para menores que praticaram crimes hediondos como homicídio, latrocínio ou estupro.

No entanto, na outra ponta estão as estatísticas, que propiciam uma análise mais objetiva. Segundo a Ordem dos Advogados do Brasil, o índice de jovens envolvidos em crimes contra a vida gira em torno de 1% e crimes cometidos por adultos levam à prisão menos de 80% de seus autores. Somado a esses números, ainda há o atual sistema carcerário, que não oferece vagas suficientes e comprovadamente não atua na recuperação dos presos. Também são argumentos que devem ser considerados.

Ademais, a sociedade deveria lutar pela formação cidadã de crianças e adolescentes. Investimentos em políticas educacionais, esportivas e de lazer seriam mais assertivos, embora com resultados somente no longo prazo.

01 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Redução da maioridade penal avança dividindo opiniões

Aprovada na CCJ da Câmara, PEC que considera
medida constitucional será analisada
por comissão; juristas e profissionais da área
da infância e juventude criticam proposta

Antoniele Luciano
Reportagem Local

Membros da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovaram ontem a admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 171/93) que altera a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos no Brasil. O texto, que ainda precisa ter o mérito analisado por uma comissão especial, já divide opiniões quanto ao que pode gerar. De um lado, parlamentares da chamada "bancada da bala" e famílias que tiveram vítimas de crimes cometidos por menores defendem que eles sejam responsabilizados penalmente a partir dos 16 anos. De outro, juristas e profissionais que atuam com direitos da criança e do adolescente argumentam que a redução da maioridade está longe de afastar a juventude do crime.

Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Área da Criança e do Adolescente do

Ministério Público do Paraná (MP-PR), o promotor de Justiça Murillo José Digiácomo sustenta que a redução da maioridade penal está repleta de mitos. O principal deles é de que a medida vai baixar a criminalidade. "Todos os argumentos favoráveis são absolutamente equivocados, defendidos por quem não tem conhecimento do que prevê a lei e campanhas irresponsáveis que fazem uma super exposição de atos cometidos por adolescentes, sem dizer que hoje, a partir dos 12 anos, eles já podem ser internados", diz.

Digiácomo assinala que o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê que o adolescente infrator possa permanecer até 3 anos sob medida de internação, enquanto um adulto dificilmente fica encarcerado pelo mesmo período. "Hoje, para um adulto ficar 3 anos na prisão teria que pegar 18 anos de cadeia. As pessoas defendem a redução da

maioridade partindo do princípio de que não há responsabilização, mas ela existe sim", reforça o promotor.

A redução da violência, observa, passa pela adoção de estratégias de cumprimento do que prevê a lei e não da culpabilização do ECA. "Precisamos cumprir a lei, não mudá-la", pontua Digiácomo, ao avaliar que admissibilidade da PEC, aprovada ontem, ainda deve ser objeto de Ação de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF).

CONTINUA

01 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS

Para a presidente da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente da seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), Maria Christina dos Santos, o índice de jovens envolvidos em crimes contra a vida gira em torno de 1%. No Brasil, compara, crimes cometidos por adultos levam à prisão menos de 80% de seus autores. "Não podemos levar a população a crer que os adolescentes são os grandes mentores dos crimes. E se baixarmos a maioridade, para onde vão estes presos com menos de 18 anos, considerando que não temos vagas no sistema carcerário?", questiona.

Maria Christina argumenta ainda que o foco do debate para reduzir a violência no país não deve ser a redução da idade penal, mas as políticas públicas que atendam a juventude e a formem como cidadã. "Estamos focando no efeito e não na causa. Não podemos tratar exceção como regra", pondera.

A professora de Direito da Família da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Claudete Carvalho Canezin, salienta, por sua vez, que transferir os adolescentes de 16 anos que cometeram atos infracionais para as atuais carceragens não vai recuperá-los. "O ECA já tem toda a punibilidade prevista, com advertência,

obrigação de reparação do dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internamento. Ledo engano de quem acredita que com menor não acontece nada", enfatiza ela ao citar que, enquanto no sistema penitenciário as taxas de reincidência estão na casa dos 70%, no sistema de socioeducação não ultrapassam 20%.

Evangélico, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), defendeu a redução e disse que, logo após a comissão especial apresentar seu parecer, o texto será votado no plenário. "Ficou claro que mesmo com toda a obstrução [manobras regimentais], a maioria da Casa quer debater este tema. Acho que este tema vai ser debatido, é importante, e vou dar todo apoio para que seja o mais rápido possível", afirmou o parlamentar à Agência Folhapress.

CONTINUA

01 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Para delegado, prender menor é ineficaz

Titular da Delegacia da Criança e do Adolescente de Londrina, William Douglas Soares se posiciona contrário à redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. "É perder a juventude colocá-la no sistema carcerário que temos hoje. O mais oportuno seria avançarmos no tempo de internação em unidades socioeducativas", afirma.

Enquanto isso, o presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), anunciou que vai criar hoje uma comissão especial para discutir a medida. Esse é o último passo antes da votação sobre o tema da redução da maioridade penal chegar ao plenário da Casa. Esse colegiado terá 40 sessões para apresentar um parecer final analisando a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que reduz a imputação penal de 18 para 16 anos e outras propostas que tratam

da questão. Uma das sugestões que será analisada propõe até mesmo reduzir a maioridade para 12 anos. A diminuição da idade penal é patrocinada pela chamada pela bancada da bala e tem apoio ainda das bancadas religiosas.

Sobre a ameaça do PT de pedir ao Supremo Tribunal Federal para travar a tramitação da proposta na Casa, Cunha disse acreditar que não terá efeito. Segundo ele, a matéria é constitucional. O PT argumenta que a imputação penal não pode ser alterada porque se trata de uma cláusula pétrea da Constituição - dispositivo que não pode ser modificado por congressistas por se tratar de garantias e direitos individuais.

CONTINUA

01 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA
CONTINUAÇÃO

Famíliares de vítima de violência defendem mudança

Quem perdeu alguém próximo em decorrência da violência praticada por menores de idade tem esperança em ver a redução da maioridade penal se tornar realidade a partir da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) aprovada ontem na CCJ. É o caso da empresária Luciney de Oliveira Souza, de 55 anos, moradora de Londrina. Há dois anos, o esposo dela, José Luiz de Souza, 53, foi morto durante um assalto na empresa da família. Sete pessoas participaram do assassinato – quatro maiores e três menores de idade. Todos já estão soltos.

Um dos adolescentes chegou a ficar internado por um ano e meio. Ainda assim, a sensação de impunidade persiste entre os familiares da vítima. Eles chegaram a encabeçar uma mobilização que alcançou mais de 100 mil assinaturas pedindo a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. “Vemos que não existe nenhum trabalho para evitar que os menores se percam na adolescência. Hoje, conseguimos ver claramente que os bandidos se fortaleceram diante da sociedade, indefesa”, sustenta a viúva.

Para Luciney, ainda que a maioridade penal seja reduzida, será preciso investir em segurança pública, com a construção de unidades penais que possam abrigar toda a população carcerária. Ela acredita que os jovens infratores, ao terem condições de votar, casar ou mesmo serem pais, têm noção de seus atos, mas só vão ter consciência da gravidade do que fizeram quando forem punidos. “Acreditamos ainda na Justiça, senão, não se tem motivação para se manter cidadão de bem”, opina. (A.L.)

01 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA
MAIORIDADE
PENAL



- Cai fora, vovô! Quem vai assumir agora é o sub-14!!

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

MP arquiva investigação de concurso

Amanda Audi

01 ABR 2015

O Ministério Público do Paraná (MP) pediu o arquivamento da investigação relacionada ao concurso para técnico judiciário do Tribunal de Justiça (TJ). Segundo a procuradoria, não houve tentativa de fraude nos casos — que envolvem, inclusive, a aprovação de uma funcionária da Universidade Federal do Paraná (UFPR) que trabalhava no setor que elaborou a prova.

O primeiro fato investigado era a inscrição da filha do então presidente da comissão do concurso, o desembargador Francisco Pinto Rabello Filho. A filha, Maria Carolina Zardo Pinto Rabello, não foi aprovada no concurso. Segundo a procuradoria, pai e filha seriam “inimigos capitais” e o desembargador teria deixado a função após tomar conhecimento da participação da filha.

A segunda denúncia apontava que o envelope com provas estava violado em uma sala do campus Agrárias da UFPR, para candidatos com deficiência auditiva. A universidade explicou que todas as provas para pessoas com necessidades visuais vieram juntas, e houve a necessidade de separá-las para enviar aos outros locais de prova. A procuradoria entendeu que não houve má-fé.

Já o caso da funcionária da UFPR aprovada, a universidade informou que, apesar de ela ser servidora de carreira do Núcleo de Concursos, não teve participação na elaboração da prova. O irmão dela também foi aprovado.

01 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Defensoria do PR suspende atendimento de doze unidades

Rodrigo Batista

▮ A Defensoria Pública do Paraná suspendeu, por tempo indeterminado, o atendimento em 12 unidades por falta de vigilantes. São elas: São José dos Pinhais, Ponta Grossa, Cascavel, Araucária, Guarapuava, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Umuarama, Campina Grande do Sul, Cianorte e Paranaguá. Os vigilantes foram retirados do órgão por causa da falta de pagamento por parte do governo do estado à prestadora de serviços, que está sem receber desde novembro.

Em nota, a Defensoria informou que fará “todos os esforços” para que o governo repasse as verbas pendentes para o órgão e promete, caso necessário, tomar “medidas judiciais”. A entidade ainda afirma que a falta de pagamentos envolve serviços como aluguéis, limpeza, segurança, transporte, material de expediente.

Na terça-feira (31), a vigilância terceirizada foi suspensa em 15 sedes da Defensoria Pública por causa de atraso no pagamento de R\$ 1 milhão para a prestadora de serviços. A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa), responsável pelo repasse da verba, diz que negocia um cronograma de pagamento das dívidas com a Defensoria.

GAZETA DO POVO

ROGÉRIO GALINDO

Vinte anos juntos

01 ABR 2015

Falando com qualquer um que seja próximo ao governo Beto Richa hoje, a impressão é uma só: o governador não poderia ter dito, de maneira alguma, ao saber da prisão de Luiz Abi, que os dois só tinham relações “sociais”. Primeiro, porque não é verdade. Segundo, porque era evidente que a história não duraria mais do que vinte e quatro horas. Ainda mais em tempos de câmeras digitais espalhadas por todo lado e de documentos disponíveis na internet.

De lá para cá, apareceu de tudo. Primeiro, uma doação de campanha. Depois fotos dos dois em eventos em todo canto no Paraná. Depois, fotos de Richa e Abi juntos em viagem ao Líbano. Depois, veio a informação de que Luiz Abi já trabalhava para Beto na Assembleia em meados dos anos 90 — ou seja, são pelo menos duas décadas, vinte anos de relações sociais. E ao parentesco “distante” se somam cada vez mais histórias de amizade e novos laços.

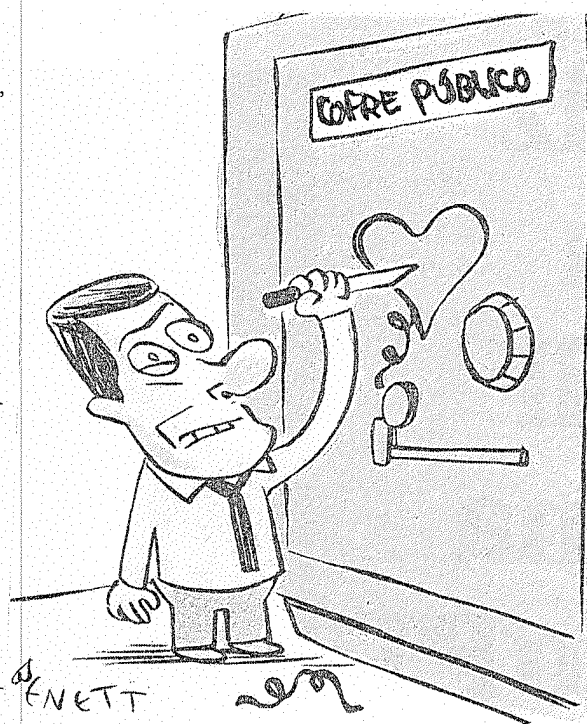
A reação parece ter sido esboçada no momento do susto. Sabia-se desde o princípio que a prisão de Abi, como disse um aliado naquele mesmo dia, “abria as portas do inferno”. Antes disso, a prisão de Marcelo Caramori já havia assustado. Caramori, acusado de estupro de vulnerável, é outro que o governador diz mal conhecer, apesar da tatuagem no braço dizendo que ele era “100%” Beto. Apesar das fotos juntos.

Quando Caramori falou, a casa de Luiz Abi caiu. Abi sabe muito mais do que Caramori — o “Tchello”, como o governador disse em entrevista à tevê. O susto deve ter sido grande. E dá para entender o impulso de tentar manter o problema a distância. Mas isso só abriu margem para que a cada dia alguém ache uma foto ou um fato novo para mostrar que as coisas não são bem assim.

O que se sabe até o momento? Pouco. O que se especula? Tudo. A certeza é que o “primo” do governador tinha trânsito no Palácio Iguazu — do tipo que

entrava no gabinete que quisesse, na hora que quisesse, sem pedir permissão para ninguém. Coisa raríssima em qualquer governo. O que se diz é que a influência teria sido suficiente para fazer pelo menos três secretários e diretores de duas estatais, além de postos importantes, “estratégicos”, na definição dada por Caramori ao Ministério Público.

A impressão de quem segue o governo é de que o Gaeco realmente fechou o cerco em cima de algo importante, embora ninguém saiba precisar exatamente do que está se falando. Pouca coisa, não é. Por enquanto, exceto pela possível fraude na escolha de uma oficina mecânica em Londrina, por “meros” R\$ 1,5 milhão, o resto está mal documentado — e



muita gente diz que o tamanho total divulgado pode não passar de folclore criado em torno da eminência parda. Pode ser.

Mas quem conhece o governo realmente por dentro diz que o clima nunca foi tão pesado quanto nas últimas duas semanas. Até na Assembleia a coisa desandou. Todos sabem que o governo vive seu pior momento — e que isso nem tem mais a ver com pagamentos, falta de dinheiro ou projetos impopulares. Vinte anos de amizade e parceria são muita coisa para jogar no lixo. Ou para simplesmente apagar, como se não fosse nada.

01 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Depoimento de contador amplia ações do Gaeco

LONDRINA

Fábio Silveira, do JI

O depoimento prestado nesta terça-feira (31) pelo contador Hederson Bueno pode ampliar as investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) na Operação Publicano. Bueno, que, pela colaboração, teve a prisão preventiva suspensa, falou aos promotores por mais de quatro horas sobre a suposta organização criminosa formada por auditores fiscais da Receita Estadual, empresários e contadores para sonegar impostos em troca do pagamento de propina. Até esta terça, 28 pessoas foram indiciadas nesse inquérito, mas, de acordo com o coordenador do Gaeco em Londrina, Cláudio Esteves, esse número pode crescer.

Bueno é irmão de Marco Antônio Bueno e ex-cunhado de Luiz Antônio de Souza, ambos auditores fiscais presos sob a suspeita de participarem da organização criminosa. Segundo o Gaeco, ele admitiu ter aberto a empresa Tarfil, cuja função no esquema seria fornecer notas fiscais falsas para simular transações comerciais. Depois do depoimento, o advogado Italby Moraes afirmou que a única participação do cliente foi cri-

ar a empresa. “Ele somente abriu a empresa, depois os donos a levaram para outro escritório de contabilidade.”

Moraes negou que Hederson tenha participado de irregularidades e afirmou que a Tarfil realmente funciona. O Gaeco, porém, tem um entendimento diferente: “a Tarfil emite notas, não funciona”, resumiu Cláudio Esteves.

Esquema

De acordo com o Gaeco, o suposto esquema de corrupção, considerado sofisticado, tinha diversas formas de levantar dinheiro. Uma delas, para a qual a Tarfil era usada, consistia na emissão e venda de notas fiscais frias. Simulava-se por meio desses documentos situações envolvendo a compensação de Impostos Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), fazendo com que uma empresa, sem pagar qualquer imposto, tivesse o direito a ressarcimento em dinheiro.

ESCUTAS

O Ministério Público do Paraná (MP) tem baseado parte das investigações de outra operação em gravações telefônicas obtidas com autorização da Justiça. O material mostra como funcionava o esquema que teria fraudado a licitação para a contratação da oficina responsável por consertar os carros disponíveis para o estado na região de Londrina.

01 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Após denúncia do MP, Alep sai da inércia no caso Justus

Presidente do Legislativo, Ademar Traiano repassou o processo ao Conselho de Ética. Punição pode ir de advertência à cassação

Euclides Lucas Garcia

O Ministério Público (MP) encaminhou à Assembleia Legislativa (Alep) a denúncia criminal contra o deputado estadual Nelson Justus (DEM), por supostas irregularidades no período em que ele presidiu a Casa entre 2007 e 2010. Com o documento em mãos, o atual presidente do Legislativo, Ademar Traiano (PSDB), repassou o processo ao Conselho de Ética nesta terça-feira (31). O grupo irá se reunir na próxima segunda (6) para começar a analisar o caso de Justus, que terá cinco sessões para apresentar defesa.

Ao lado de 31 pessoas ligadas a seu gabinete, Justus foi denunciado em fevereiro pelo MP sob a acusação dos crimes de formação de quadrilha, peculato (desvio de dinheiro público), falsidade ideológica e lavagem de dinheiro, referentes ao escândalo dos Diários Secretos.

Na denúncia, o parlamentar, junto com assessores próximos, é acusado de usar funcionários fantasmas em um esquema de desvio de dinheiro público. Além disso, o MP também cita o caso de servidores lotados na presidência da Assembleia que seriam, na verdade, agentes políticos de Justus no interior. Por fim, o órgão acusa o deputado e seus assessores de lavarem dinheiro com a venda e compra de veículos.

Trâmite na Casa

Há várias semanas, Traiano e o presidente do Conselho de Ética, Pastor Edson Praczyk (PRB), diziam que não poderiam tomar qualquer medida em relação a Justus porque só tinham conhecimento do caso por meio da imprensa. Agora, de posse do conteúdo completo da denúncia, o conselho terá de decidir se o parlamentar do DEM deve ou não sofrer algum tipo de sanção, que vai da advertência até a perda do mandato. Formado por cinco deputados — Praczyk, Tião Medeiros (PTB), Anibelli Neto (PMDB), Hussein Bakri (PSC) e Missionário Ricardo Arruda (PSC) —, o Conselho de Ética escolherá um relator, que analisará os documentos e dará um parecer. Em seguida, o

grupo decidirá pelo arquivamento da denúncia ou por sua procedência. Caso o pedido seja considerado procedente, irá a plenário. Uma eventual cassação só acontecerá com voto da maioria dos 54 deputados. “Seria leviano [antecipar o que pode ocorrer]. Meu papel é garantir o direito democrático de ampla defesa, para não permitir que um inocente seja punido ou que quem deve seja inocentado”, afirmou Praczyk.

Justus, por sua vez, negou as acusações feitas pelo MP. “Acho ótimo [a denúncia ter chegado à Assembleia]. Aliás, provoquei isso para que chegasse o mais rápido possível. Agora, não só o Conselho de Ética como também o Judiciário tem que se pronunciar”, afirmou. “Quem vai dar a resposta [sobre a minha inocência] é a justiça, não sou eu.”

CONTINUA

01 ABR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

HISTÓRICO

Em 2010, Conselho arquivou pedido de cassação feito pelo PV

Em novembro de 2010, o Conselho de Ética arquivou, por unanimidade, um pedido de cassação contra Nelson Justus (DEM) e o então primeiro-secretário da Assembleia, Alexandre Curi (PMDB), feito pelo PV. Na época, o grupo entendeu que a contratação de funcionários fantasmas denunciada pelo Ministério Público era uma função delegada ao ex-diretor-geral Abib Miguel. Na visão do conselho, apesar de "errarem por omissão", Justus e Curi seriam tão responsáveis pelas irregularidades quanto os outros 52 deputados e os órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas.

O principal argumento do conselho foi de que o presidente e o primeiro-secretário, que assinam todas as decisões da Assembleia, delegam funções na Casa para "melhor organizar as atividades administrativas". Isso, portanto, "transmite competência", o que "implica em transferência de responsabilidade administrativa". Além disso, o pedido do PV não teria apresentado provas a respeito das acusações, mas sim "meras suposições" publicadas na imprensa. (ELG)

GAZETA DO POVO

Doleiro diz que levou R\$ 400 mil em propina na sede do PT

O suborno, segundo depoimento anterior de Youssef, teria resultado de um contrato da empresa Toshiba com a Petrobras em 2009

Kelli Kadamus, com Folhapress

Em depoimento prestado no âmbito da Operação Lava Jato, o doleiro e delator do esquema de pagamento de propina na Petrobras, Alberto Youssef, afirmou que um de seus funcionários levou cerca de R\$ 400 mil em propinas à sede do diretório nacional do PT, no centro de São Paulo.

O doleiro já havia relatado esse pagamento específico, que ao todo — de acordo com os depoimentos — soma aproximadamente R\$ 800 mil. No entanto, em seu depoimento anterior, Youssef não havia detalhado como os pagamentos foram feitos.

Questionado sobre o caso específico, Youssef diz que usou uma empresa em nome de Waldomiro Oliveira, apontado como laranja das

empresas do doleiro, para passar dinheiro ao PT, ao PP e ao ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, também delator do esquema. “Foram dois valores, de quatrocentos e poucos mil reais, que foram entregues, a mando da Toshiba, para o tesoureiro do PT, o [João] Vaccari [Neto]”, diz Youssef no depoimento.

O suborno, segundo depoimento anterior do doleiro, teria resultado de um contrato que a Toshiba fechou com a Petrobras em 2009 para executar obras no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro por R\$ 117 milhões.

Depoimento

Segundo Youssef, a operação foi feita utilizando uma das empresas de Waldomiro Oliveira. “Eu cheguei a usar uma das empresas do seu Waldomiro para fazer uma operação para a Toshiba, onde eu pude pagar não só o PP e o Paulo Roberto Costa, mas também pagar o PT”, disse Youssef ao juiz Sergio Moro.

Para lavar dinheiro do esquema na Petrobras, Youssef utilizava as empresas RCI, Empreiteira Rigidez e MO Consultoria, que pertenciam a Waldomiro Oliveira, além

da GFD Investimentos, que estava em seu nome.

Segundo o doleiro, o primeiro pagamento da Toshiba foi feito por ele mesmo à cunhada de Vaccari em seu escritório — cujo nome não foi revelado na audiência. Já o segundo pagamento foi feito pelo seu funcionário, Rafael Ângulo Lopes, e o dinheiro foi entregue na porta do Diretório Nacional do PT a um funcionário da Toshiba, identificado apenas como Piva.

Outro lado

Em entrevista publicada no jornal *Valor* desta terça (31), o presidente da Toshiba América do Sul, Luís Carlos Borba, afirma que foi enganado por Youssef e Costa a contratar uma das empresas de fachada do doleiro.

Desde que seu nome foi envolvido no escândalo da Petrobras, Vaccari Neto tem negado qualquer participação no esquema. Em nota, o petista “nega veementemente que tenha recebido qualquer quantia em dinheiro por parte do senhor Alberto Youssef ou de seus representantes” e reitera a legalidade das doações recebidas pelo PT.

CONTINUA

01 ABR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Delator revela que Vargas ajudou a 'abrir portas' em ministério

O ex-deputado federal André Vargas (sem partido) foi responsável por "abrir portas" para a empresa Labogen no Ministério da Saúde. A afirmação é do doleiro Alberto Youssef, em interrogatório nesta terça-feira (31) na Justiça Federal de Curitiba.

Segundo Youssef, tudo começou quando ele ficou sabendo que Leonardo Meirelles, dono da Labogen, estava com dificuldades financeiras. "Eu vim a saber que ele estava tentando colocá-la em funcionamento. A partir daí eu pedi que ele me trouxesse dados da empresa, o que a empresa poderia fazer e eu analisei e disse que ele tinha condições sim de colocar a

empresa de pé, e que eu iria ajudá-lo porque ele tinha um grande negócio na mão, que era a Labogen", disse ao juiz Sergio Moro.

"Eu pedi ajuda ao André Vargas, que era um deputado federal, que era vice-presidente da Câmara, para que ele nos ajudasse no Ministério da Saúde para que a gente pudesse ter as portas abertas", contou o doleiro. Segundo Youssef, não houve favorecimento da empresa para o fechamento de contratos. "Somente as portas abertas no Ministério da Saúde", disse. Em 2013, a Labogen firmou um contrato no valor de R\$ 150 milhões com o Ministério da Saúde para o fornecimento de insumos farmacêuticos. Segundo denúncia do Ministério Público Federal, o fornecimento nunca aconteceu. O caso é alvo de investigação. (KK)

INTERROGADO

Onovo depoimento de Alberto Youssef desta terça-feira (31) foi marcado para dar a chance de o doleiro falar na ação penal que trata da lavagem de dinheiro e evasão de divisas realizadas utilizando a empresa Labogen. De acordo com o advogado dele, Antônio Figueiredo Basto, o depoimento deixou claro que o esquema desvendado na Lava Jato era político. "Esse esquema funcionou efetivamente de uma maneira vertical, com o comando dos agentes políticos para fazer funcionar a máquina política por pelo menos 12 anos", disse Basto. "O dinheiro era pago lá fora, o Leonardo [Meirelles, dono da Labogen] fazia os reais aqui no Brasil e ele [Youssef] entregava aos partidos políticos", disse o advogado.

Youssef afirma ter recebido dinheiro no exterior

Pela primeira vez o doleiro Alberto Youssef diz em depoimento ao juiz federal Sergio Moro que recebeu dinheiro no exterior para pagar políticos do PP e o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, de 2010 a 2014, oriundo das empreiteiras Brasken, Odebrecht e Andrade Gutierrez. As empresas citadas, por sua vez, rebateram nesta terça-feira (31) as afirmações e negaram qualquer irregularidade em contratos.

Banestado

No depoimento à Justiça Federal em Curitiba o doleiro lembrou também do Caso Banestado, em que foi delator do esquema, em 2003. "Eu poderia ter ficado com aquele dinheiro que eu fiquei do Banestado e ter ficado em casa, mas não, eu preferi investir esse dinheiro no mercado, correr o risco que o empresário corre nesse país hoje em montar empresa, em dar emprego e em pagar imposto", disse. O juiz Sergio Moro, porém, não pareceu convencido das intenções de Youssef. (KK, com Agência O Globo)

CONTINUA

01 ABR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DÍVIDAS

Alvo da Lava Jato, empreiteira OAS pede recuperação judicial

A empreiteira OAS protocolou nesta terça-feira (31) o pedido de recuperação judicial do grupo em uma vara empresarial de São Paulo. O endividamento total do grupo é de R\$ 9,2 bilhões, dos quais R\$ 8 bilhões estão incluídos no pedido. Se for aceita pela Justiça, a recuperação judicial será uma das maiores já feitas no país.

Para pagar as dívidas, a OAS informa que colocou à venda sua participação na Invepar (24,44%) – que tem a concessão do aeroporto de Guarulhos –, sua fatia no estaleiro Enseada (17,5%) – um dos fornecedores da Sete Brasil –, a OAS Empreendimentos (80%), a OAS Soluções Ambientais (100%) e na OAS Defesa (100%).

Problemas

Uma das maiores empreiteiras do país, a OAS é alvo da Operação Lava Jato, que investiga um esquema de corrupção na Petrobras. A construtora, fundada em 1976 e com operação em 19 países, é uma das acusadas de pagar propina a ex-funcionários da estatal em troca de vantagens em licitações e contratos. Ao ser incluída entre as investigadas na operação em 2014, a empresa passou a ter dificuldades para firmar empréstimos. O BNDES também suspendeu pagamentos de financiamentos à exportação concedidos a clientes da OAS no exterior, o que piorou a situação de caixa da companhia no curto prazo, afirma o documento.

Com isso, em novembro, a agência de risco Standard & Poors rebaixou a nota de crédito da empresa, fazendo com que credores tivessem o direito de pedir o pagamento antecipado das dívidas da empresa. A decisão de cortar a nota da empreiteira foi seguida por outras agências nos meses seguintes. A Funcef, fundo de pensão dos funcionários da Caixa, desistiu ainda de injetar em fevereiro R\$ 200 milhões na OAS Empreendimentos, empresa da qual é sócia.

Mesmo caminho

Outras duas companhias acusadas de fazer parte do esquema na Petrobras já seguiram o mesmo caminho e pediram proteção à Justiça para escapar da falência: Alumini Engenharia (ex-Alusa) e Galvão Engenharia.

CONTINUA

Ex-gerente da Abreu e Lima nega recebimento de propina

VACCARI

Em depoimento à CPI da Petrobras, o ex-gerente geral de Implementação de Empreendimentos para a Refinaria Abreu e Lima, Glauco Colepicolo Legatti, declarou nesta terça-feira (31) que não recebeu “nenhum centavo” do empresário Shinko Nakandakari. Legatti disse que preferiu não tomar nenhuma ação direta contra o delator da Lava Jato e que prefere fazer os esclarecimentos diretamente ao juiz Sergio Moro.

“Não tomei nenhuma ação mais direta tendo em vista que qualquer ação para contestar essa fala não seria conveniente neste momento. Logo depois que ele fez a delação e a declaração lá em Curitiba, entramos com uma petição para que eu, de viva-voz, vá lá para esclarecer ao juiz Sergio Moro que não recebi dinheiro do senhor Shinko Nakandakari”, respondeu.

Legatti, que conduziu as obras na refinaria entre 2008 e 2014, admitiu ter relação de amizade com Nakandakari, mas que ele não falava em nome da empreiteira Galvão Engenharia. Ele disse que ficou “surpreso” ao saber que Nakandakari era operador de “outras pessoas” no esquema de corrupção na Petrobras.

Nakandakari afirmou à força-tarefa do Ministério Público Federal que ofereceu “na cara e na coragem” propina para Legatti.

Sob protestos do PT, a CPI da Petrobras definiu que o depoimento do tesoureiro petista João Vaccari Neto será na próxima semana, no dia 9 de abril. A definição foi do vice-presidente da CPI, Antônio Imbassahy (PSDB-BA) – o presidente, Hugo Motta (PMDB-PB), está em férias.

01 ABR 2015

GAZETA DO POVO

PEC que reduz maioridade penal avança na Câmara

Parlamentares agora vão debater o tema por até 40 sessões antes que ele seja apreciado em plenário

Após 22 anos de tramitação, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (31), por 42 votos a 17, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que reduz de 18 para 16 anos a maioria penal. PSDB, DEM, PR, PSD votaram a favor da PEC. PT, PCdoB e PSB votaram contra. O PMDB liberou a bancada.

A sessão foi tumultuada e as bancadas de PT, PSOL, PPS, além da liderança do governo na Câmara tentaram sem sucesso tentar obstruir a sessão. A oposição inverteu a ordem do dia para priorizar a pauta.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), criou, ainda na terça-feira, uma comissão especial para analisar a proposta. Ele quer instalar o colegiado na próxima semana. Cunha afirmou que pessoalmente é a favor da redução e entende que, apesar das manobras feitas pelo PT na Comissão de Constituição e Justiça, a maioria da Casa quer debater o tema.

Cunha leu em plenário a criação da comissão especial. Serão 26 integrantes titulares e 26 suplentes, além de um suplente e um titular da vaga de rodízio. Ele explicou que o presidente e o relator serão definidos em conversa com os partidos, mas que obedecerá à proporcionalidade, ou seja, será do bloco majoritário, encabeçado pelo PMDB. "Pretendo instalar a comissão especial na quarta-feira [1.º], de modo que a comissão, em até 40 sessões possa analisar e fazer o parecer", disse Cunha.

Supremo

O deputado Alessandro Molon (PT-RJ) disse que recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a votação por entender que a PEC aprovada é inconstitucional. Cunha ironizou a iniciativa. "Vi um ex-presidente do Supremo contestar argumentos jurídicos dele, que aquilo afetava cláusula pétrea me parece que não terá muito sucesso."

Na tentativa de evitar a aprovação da PEC, o vice-líder do governo na Câmara, Orlando Silva (PCdoB-SP), disse que o Congresso não pode agir "de forma passional" na discussão do tema.

O líder do DEM na Câmara,

Mendonça Filho (PE) disse que é a favor da redução da maioria, mas defende que entre os 16 e os 21 anos o jovem fique preso em local específico para pessoas dessa idade e não com todos os demais presos. Mendonça Filho também defende a realização de um referendo de consulta à população sobre a questão. "É tema de grande impacto, polêmica social, o referendo é importante", disse o líder do DEM.

Trâmite

A redução da maioria penal está sendo tratada por 39 PECs, sendo que 38 foram apensadas à principal que foi apresentada em 1993. Para a aprovação da mudança constitucional no plenário são necessários ao menos 308 votos, com votação em dois turnos. Só depois ela vai para apreciação e votação no Senado.

01 ABR 2015

GAZETA DO POVO

MPF obtém liminar nacional que garante regras antigas do Fies

O Ministério Público em Minas Gerais (MPF-MG) obteve liminar que garante aos alunos inscritos no Fies, programa federal de financiamento estudantil, a renovação de seus contratos de acordo com as regras vigentes em 2014, em meio a uma disputa judicial entre entidades do setor e o Ministério da Educação (MEC).

A decisão, segundo o MPF, vale para o território nacional e garante que alunos já inscritos no Fies não sejam atingidos pelas mudanças implementadas pelo governo federal que começaram a ser cobradas na segunda-feira, e que incluem exigência de nota mínima de 450 pontos no Enem e impedem que o aluno zere a prova de redação.

Segundo o Ministério Público, o objetivo da ação foi evitar que as faculdades impedissem alunos já matriculados, mas que ainda não conseguiram o financiamento pelo Fies ou que não conseguiram aditar seus contratos, de participar das atividades acadêmicas.

O MPF relatou que algumas instituições de ensino superior estariam constringendo alunos que começaram os estudos em 2015 a renegociar as prestações e firmar novos contratos, sob pena de serem automaticamente desligados.

O MPF ajuizou ação civil em 20 de março contra a União e 11 instituições privadas de ensino superior sediadas em Uberlândia (MG).

Na decisão, a Justiça Federal determinou que as instituições de ensino rés na ação limitem o reajuste das mensalidades do Fies a 6,4%, como já previsto pelo MEC.

Espírito Santo

Em outra decisão também nessa terça-feira (31), a Justiça Federal do Espírito Santo concedeu liminar que autoriza renovações e aditivos do fundo de financiamento estudantil para contratos acertados no estado com reajuste superior a 6,41%.

O MEC informou que ainda não foi notificado dessa decisão, mas ressaltou que ela está suspensa em razão de uma determinação favorável ao MEC do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região que vale para Minas Gerais — em 24 de março, o tribunal suspendeu liminar, obtida na primeira instância pela federação das escolas particulares, a Fenep, que tentava acabar com o limite de 6,41% nos reajustes das mensalidades.

01 ABR 2015

GAZETA DO POVO

STJ suspende liminar e impede funcionamento de novo aterro

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu a liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região que liberava as atividades da primeira célula do Complexo Eco Ambiental Ponta Grossa, da empresa Ponta Grossa Ambiental (PGA). Assim, a obra da célula e as atividades do novo aterro – que está sobre

uma Área de Proteção Ambiental (APA) – ficam suspensas até que haja novas perícias no local. A decisão atende a um pedido do Ibama. A obra foi construída para atender Ponta Grossa, mas em janeiro deste ano já recebia resíduos de Palmeira e Carambeí. A vida útil do aterro do Botuquara, que hoje recebe o lixo da cidade, acaba em 2016. Procurada pela reportagem, a direção da PGA informou apenas que está dando cumprimento à decisão judicial.

Economia?

Não é só a Câmara dos Deputados que não está demonstrando muita preocupação em economizar dinheiro. O site da ONG Contas Abertas conta, por exemplo, que o Supremo Tribunal Federal (STF) irá custar por dia aos contribuintes R\$ 1,7 milhão – R\$ 200 mil a mais do que no ano passado. O aumento, segundo o levantamento, está relacionado ao pagamento de salários e benefícios. O vencimento dos ministros do STF, por exemplo, passou de R\$ 29.462,25 para R\$ 33.763,00.

NOTA POLÍTICA

COLUMNA DO LEITOR

Maioridade penal 1

Não creio que seja por uma lei ou idade que teremos solução para a criminalidade no país ou ainda o bom direcionamento dos jovens brasileiros. Minha preocupação é com a recuperação de todos, sejam eles jovens ou adultos, após penalizações, e também com as condições para terem uma profissão, dignidade e trabalho. É dessa forma que conseguirão seu pão e irão constituir uma família.

Celito Medeiros

Maioridade penal 2

Se as pessoas que são contra a redução da maioridade penal tivessem um ente querido assassinado por um adolescente – principalmente no caso daquele para o qual falta apenas alguns dias para completar 18 anos –, com certeza, teriam uma opinião diferente.

Antonio Carlos Pretko

Maioridade penal 1

“Ainda acho que a redução para a maioridade penal para 16 anos ainda é pouco. Quem não apoia, certamente, nunca teve a infeliz experiência de ser vítima desses adolescentes em conflito com a lei.”

Daniel Antonio de Araujo, via Facebook, sobre a redução da maioridade penal.

Maioridade penal 2

“A redução da maioridade penal é inconstitucional. O artigo 228 da Constituição Federal estabelece que é direito do adolescente com menos de 18 anos responder por seus atos mediante o cumprimento de medidas socioeducativas, sendo imputável em relação ao sistema penal convencional. E, de acordo com o artigo 60, os direitos e as garantias individuais estão entre as “cláusulas pétreas” de nossa Constituição, que só podem ser modificadas por uma nova Assembleia Nacional Constituinte.”

Zélia Batos, via Facebook, sobre a redução da maioridade penal.

01 ABR 2015

BEMPARANÁ

Concessionária de automóveis deve trocar veículo zero quilômetro vendido com defeitos na lataria

Uma concessionária de automóveis terá que substituir um veículo zero quilômetro adquirido por um cliente por outro de igual modelo e característica, sob pena do pagamento de multa de R\$ 1 mil por dia de atraso no cumprimento da obrigação.

Em uma decisão inédita favorável ao consumidor, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), através da 9ª Câmara Cível, confirmou por unanimidade decisão da 20ª Vara Cível de Curitiba e concedeu tutela antecipada em favor da empresa que comprou o veículo.

A ação foi proposta pelo escritório do advogado e professor da PUCPR, Francisco Carlos Duarte, de Curitiba. De acordo com ele, a cliente adquiriu na concessionária um veículo zero

quilômetro para utilização profissional, tendo efetuado o pagamento à vista. "Na data designada para a entrega do veículo, uma vistoria constatou que a lataria estava amassada e a pintura apresentava riscos e bolhas. Por essas razões, a cliente recusou-se a retirá-lo e autorizou a concessionária a corrigir os defeitos. No entanto, nenhuma correção foi feita", conta Duarte.

A concessionária cedeu um terceiro veículo para uso da cliente, estipulando o prazo de sete dias úteis para sanar o inconveniente. O prazo transcorreu sem que a empresa comunicasse qualquer resposta. Dias depois, a cliente apresentou orçamento à concessionária apontando os consertos a serem executados. Porém, mais uma vez sem retor-

no da empresa, que somente manteve contato no intuito de ter restituído o automóvel cedido em empréstimo.

"O Código de Defesa do Consumidor prevê que, não sendo sanado o vício do produto no prazo máximo de 30 dias, o consumidor pode exigir alternativamente e a sua escolha a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso ou a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos", explica Duarte. A ação judicial comprovou a veracidade das alegações da cliente, requisitando a concessão da tutela antecipatória, confirmada agora, pelo TJ-PR.

01 ABR 2015

BEMPARANÁ

MP encaminha denúncia contra Justus à Assembleia

Conselho de Ética se reúne na segunda-feira para avaliar caso de desvio de salários de "fantasmas"

Ivan Santos

O Ministério Público encaminhou na segunda-feira denúncia criminal contra o deputado estadual e presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Nelson Justus (DEM), acusado de comandar um esquema de desvio de salários e contratação de funcionários "fantasmas" entre 2007 e 2010, quando presidia a Casa. O processo foi repassado ontem ao Conselho de Ética do Legislativo, que na próxima segunda-feira se reúne para analisar o caso e notificar o parlamentar denunciado. A partir daí, o presidente da CCJ terá um prazo de cinco sessões para apresentar sua defesa.

Justus foi denunciado pelo MP à Justiça em fevereiro junto com mais 31 pessoas pelos crimes de quadrilha, peculato-desvio, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. Em março, o órgão também apresentou outras cinco ações por ato de improbidade administrativa, igualmente relacionados a contratação de "servidores fantasmas" na folha de pagamento da Assembleia na qual figuram como réus, além de Justus, o deputado Alexandre Curi (PMDB) e o ex-diretor da Assembleia, Abib Miguel. Por utilização de funcionários da presidência do Le-

gislativo como cabos eleitorais, tramita ainda, na 5ª Vara da Fazenda Pública da capital, outra ação civil pública contra Justus e Curi. O processo encaminhado na segunda-feira à Assembleia, porém, segundo a direção da Casa, se restringe às acusações contra o presidente da CCJ.

Apesar das denúncias do MP à Justiça e da ampla divulgação da imprensa, até então a Assembleia não havia tomado nenhuma iniciativa sobre o caso. A alegação do presidente da Casa, deputado Ademar Traiano (PSDB), era de que o processo corria em sigilo de Justiça e de que o Legislativo não tinha conhecimento oficial das acusações. Ontem, Traiano admitiu que decidiu encaminhar a denúncia ao Conselho pela cobrança da imprensa e da opinião pública. "A Mesa Executiva tomou essa decisão como uma forma de dar uma satisfação à sociedade", reconheceu o presidente da Assembleia. "Não tinha como me posicionar antes porque não havia recebido o processo", alegou o tucano. "Se o conselho entender que há elementos para comprometer o parlamentar, pode encaminhar ao plenário um pedido de afastamento", explicou, questionado sobre o que em tese pode acontecer

"Acho ótimo. Agora não só o Conselho de Ética como também o Judiciário tem que se pronunciar o mais rápido possível!".

do deputado Nelson Justus (DEM)

agora. Segundo Traiano, Justus continuará presidindo a CCJ até que o conselho se posicione. "Não há nada no momento que possa afastá-lo. Agora está nas mãos do Conselho de Ética. Espero que ele dê uma resposta à altura do espera a sociedade", disse.

Resposta - O presidente do Conselho de Ética, deputado Edson Praczyk (PRB), também alegava até então não poder tomar qualquer providência, por não ter recebido nenhuma denúncia formal. Isso apesar do parágrafo 4º do artigo 253 do regimento interno da Assembleia dizer expressamente: "Poderá o Conselho, independente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato ou omissão atribuída ao Deputado".

"Não posso, de forma alguma, me pautar pela imprensa. No momento em que avocasse para mim qualquer procedimento precipitado estaria prejudicando minha posição de magistrado como presidente do Conselho", alegou o deputado do PRB.

Justus também comentou a chegada da denúncia ao Legislativo. "Acho ótimo. Agora não só o Conselho de Ética como também o Judiciário tem que se pronunciar o mais rápido possível", afirmou, dizendo que nega as acusações, mas que "quem vai dar a resposta é a Justiça, não sou eu".

CONTINUA

01 ABR 2015

BEMPARANÁ CONTINUAÇÃO

Diários Secretos —

"Máquina eleitoreira"

A denúncia contra do deputado Nelson Justus (DEM) é baseada na série de reportagens da *Gazeta do Povo/RPC* sobre o caso dos "Diários Secretos". Segundo a acusação, o parlamentar do DEM teria transformado o gabinete da presidência da Assembleia em "máquina político-eleitoreira", entre os anos de 2007 e 2010. "Mediante o inchaço da estrutura de cargos comissionados na Presidência da Alep, agindo sempre dolosamente em detrimento do interesse e dos cofres públicos, transformando, como destacado, o corpo funcional da Presidência da Assembleia Legislativa do Paraná numa máquina político-eleitoreira que atuou ao longo de quatro anos", diz trecho da denúncia.

Segundo a denúncia, quando assumiu a presidência, em 2007, Justus dispunha de 21 servidores no gabinete. Desde então, até abril de 2010, foram nomeados 345 funcionários comissionados no gabinete, que poderia contar com até 18.

Segundo o MP, o deputado "inchou criminosamente" a estrutura. Os gastos mensais com funcionários passaram de R\$ 83 mil para R\$ 1 milhão durante a gestão do deputado do DEM, segundo o órgão.

01 ABR 2015

BEMPARANÁ

A Conduta e o Direito Penal

A redução da maioridade penal

*Jônatas Pirkiel

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados voltam a discutir a PEC 171 que trata da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos de idade. É na realidade uma discussão importante e que divide não só os parlamentares mas também a sociedade brasileira.

Na sessão da semana passada, foram ouvidos dois advogados, com posições distintas, e a discussão entre os deputados a favor e contra foi interrompida. Discussão acalorada que também toma conta da sociedade, particularmente quando crimes bárbaros são praticados por menores de idade, como se a redução da maioridade penal fosse a solução para toda ordem de violência que toma conta do país. Em especial quando menores de idade assumem a autoria de crimes para livrar os parceiros maiores de idade.

As opiniões se dividem quanto ao tema e as razões também. É sabido que o Código Penal ao dispor que os menores de dezoito anos são imputáveis, mas sujeitos à legislação especial, adotou o critério especificamente biológico, melhor entendido na lição de Heleno Claudio Fragoso, ao afirmar que: *"imputabilidade é a condição pessoal de maturidade e sanidade mental que confere ao agente a capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de se determinar segundo esse entendimento"*.

Na verdade, o que se verifica é que os menores de dezoito anos têm participação mínima nos atos de violência e dirigida mais aos crimes contra o patrimônio do que à vida. Os que defendem a redução entendem que com muito menos de dezoito anos as pessoas já sabem o que fazem, em quanto outros, contra a redução, justificam que: *"...as infrações praticadas por adolescentes ganham grande visibilidade e repercussão na mídia, e esta, nos últimos anos, além de desinformar a população sobre a verdade relacionada ao Estatuto da Criança e do Adolescente, deflagrou verdadeira campanha a favor da redução da idade penal, elegendo de forma absolutamente injusta adolescentes como "bodes expiatórios" da violência no País, para qual comprovadamente os jovens contribuem muito pouco..."*

Fato é que a legislação não deixa de responsabilizar as ações dos memores de dezoito anos, prevendo diversas medidas protetivas e sócio-educativas que permitem a ressocialização dos menores infratores, porém não aplicadas como deviam, além da falta de estrutura e interesse dos Estado em criar condições para esta ressocialização, ou mesmo com programa de prevenção.

O melhor seria que o Congresso e a própria sociedade deveriam criar e apoiar programa de apoio às famílias mais carentes, e programa sociais com maiores oportunidades de inserção dos jovens em atividades que garantam a sua cidadania, tais como escolas integrais, programas de menores aprendizes. A família mais presente na vida dos jovens e instituições sociais com maiores investimentos podem distanciar os jovens da marginalidade... Pois a base de toda a estruturação social está na família e nas instituições que lhes servem de complemento!

*O autor é advogado criminalista
(jонатaspirkiel@terra.com.br)

01 ABR 2015

BEMPARANÁ

PAINEL

Isonomia

Procurador-geral da República propõe ação direta de Inconstitucionalidade para derrubar benefício que garante horário de trabalho especial somente para servidores públicos que tenham cônjuge, filho ou outro dependente com deficiência física.

Piso

Acordos coletivos entre sindicatos podem fixar salário menor que piso da categoria para empregados iniciantes. O entendimento é da Seção Especializada em Dissídios Coletivos do TST.

Franquia

O Código de Defesa do Consumidor não se aplica a contrato de franquia, pois este é disciplinado pela Lei do Franchising. O entendimento é da 2ª Câmara de Direito Comercial do TJ de Santa Catarina.

Férias

Contribuição previdenciária incide apenas sobre as férias efetivamente usufruídas e não sobre o abono constitucional de 1/3. O entendimento é da 6ª Turma do TST.

Cheque

É ilegal a cobrança pelo banco de tarifa por devolução de cheque sem fundos. O entendimento é da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Pensão

Se o novo casamento não melhora a condição financeira da beneficiária, viúva pode continuar a receber pensão por morte do INSS. O entendimento é do juiz federal convocado da Nona Turma do TRF da 3ª Região.

Gerente

Banco não pode rebaixar de função gerente que recusa transferência para outra agência. O entendimento é da juíza da 1ª Vara do Trabalho de Araguaína (TO).

Maconha

Plantar maconha em sua casa para consumo próprio não configura tráfico, e sim porte de drogas. O entendimento é da juíza da 6ª Vara Criminal de Santos -SP.

Direito sumular

Súmula nº 486 do STJ- É impenhorável o único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família.

01 ABR 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

MP pede o arquivamento da ação contra concurso do TJ

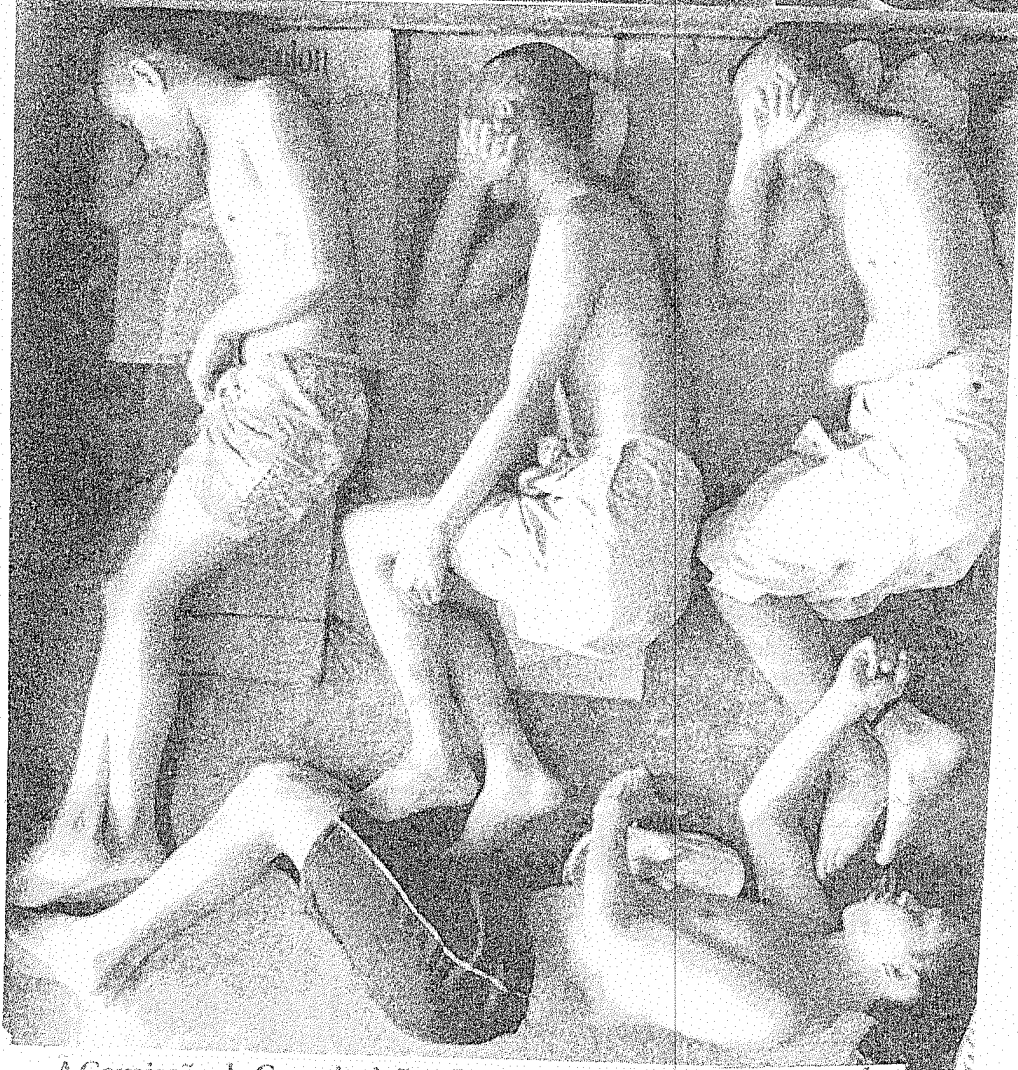


O Ministério Público do Paraná (MP-PR) pediu o arquivamento da investigação relacionada ao concurso para técnico judiciário do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). Segundo a procuradoria, não teria ocorrido tentativa de fraude em nenhum dos casos – que envolvem, inclusive, a aprovação de uma funcionária da Universidade Federal do Paraná que trabalhava no setor que elaborou a prova.

O primeiro fato investigado era a inscrição da filha do então presidente da comissão do concurso, o desembargador Francisco Pinto Rabello Filho. A filha, Maria Carolina Zardo Pinto Rabello, acabou não sendo aprovada no concurso. Segundo a procuradoria, pai e filha seriam “inimigos capitais” e o desembargador teria deixado a função após tomar conhecimento da participação da filha. ■

JORNAL DO ÔNIBUS 01 ABR 2015

Menores no banco dos réus



A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou ontem a Proposta de Emenda à Constituição que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos.

Projeto tramita no parlamento desde 1993.

01 ABR 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

CCJ aprova PEC que reduz maioria penal

Comissão interna do Legislativo dará parecer sobre a questão

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira, por 42 votos a 17, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos. PSDB, DEM, PR e PSD votaram a favor da redução, enquanto PT, PCdoB e PSB votaram contra. A liderança do PMDB liberou a bancada para votar como quisesse.

A comissão especial que irá analisar o mérito e dar parecer à PEC será instalada na semana que vem e será composta por 26 deputados e igual número de suplentes. Ao falar sobre a criação e instalação da comissão no mesmo dia da aprovação da admissibilidade, Cunha disse que iria "dar todo o apoio para que a PEC seja votada o mais rápido possível".

A proposta de redução da maioria penal foi apresentada em 1993 pelo então deputado Benedito Domingos (DF), visando a alterar a redação do Artigo 228 da Constituição, que trata da imputabilidade penal do maior de 16 anos. ■